



RELATÓRIO DE WEBINAR

Mudanças climáticas e os desafios para a segurança global

25 de Abril de 2023

SOBRE O EVENTO

Webinar: [Mudanças climáticas e os desafios para a segurança global](#). Realizado em 25 de abril de 2023. Disponível no canal do Centro Soberania e Clima no Youtube.

As discussões do evento tiveram como ponto de partida o policy paper “[Mudanças climáticas e os desafios para a segurança global](#)” escrito por Beatriz Mattos e publicados na edição de abril de 2023 na Revista Diálogos Soberania e Clima.

PARTICIPANTES

Beatriz Mattos, Pesquisadora Sênior do Centro Soberania e Clima e da Plataforma Socioambiental do Brics *Policy Center*.

Peterson Ferreira da Silva, Professor da Escola Superior de Defesa e Professor Visitante na *Cranfield Defence and Security*.

Letícia Britto dos Santos, Doutora em Relações Internacionais pela PUC Minas.

Marcelo Furtado, co-fundador do Centro Soberania e Clima.

Currículos dos participantes



Beatriz Mattos, Pesquisadora Sênior do Centro Soberania e Clima. Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica – IRI/PUC-Rio. Atualmente desempenha a função de Co-coordenadora da Plataforma Socioambiental do Centro de Estudos e Pesquisa BRICS – BRICS Policy Center e de Professora Assistente do curso de Relações Internacionais da Universidade Veiga de Almeida – UVA..



Letícia Britto dos Santos é Professora e Vice-Coordenadora do Curso de graduação em Relações Internacionais (RI) da Universidade Federal do Pampas (Campus Santana do Livramento). Coordenadora do Grupo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (GEMARI). Doutora, Mestre e Bacharel em Relações Internacionais (RI) pela PUC Minas. Realizou doutorado sanduíche na University of Queensland na Austrália e graduação sanduíche na PUC Chile. Atuou como consultora da UNESCO. Participou como Membro da ONG – Climate Frontlines na Austrália. Atuou na Rio + 20 com o staff das Nações Unidas (ONU). Realizou Consultoria ambiental para empresa privada. Participa, desde 2011 de pesquisas sobre segurança climática financiadas pelas principais agências de fomento do país.



Peterson Ferreira da Silva é Professor da Carreira do Magistério Superior Federal da Escola Superior de Defesa (ESD) desde 2018. Doutor pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Especialista em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-São Paulo/Pró-Defesa). Pesquisador voluntário do Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa entre 2015 e 2016. Pesquisador associado do Centro de Estudos Estratégicos do Exército entre 2016 e 2018. Coordenador do Núcleo de Economia de Defesa e Desenvolvimento de Força (NCAD) da Escola Superior de Defesa (ESD) desde 2020. Áreas de interesse: políticas públicas & segurança nacional; políticas e reformas de defesa nacional; indústria de defesa.



Marcelo Furtado é co-fundador do Centro Soberania e Clima. Tem mais de 30 anos de experiência no campo da sustentabilidade, comprometido com o avanço da justiça socioambiental e social por meio do advocacy e filantropia. Tornou-se diretor da Finance for Biodiversity. É membro da Rede de Alimentos Sustentáveis e Saudáveis da Escola de Clima da Universidade de Columbia, onde atuou como pesquisador visitante (ILAS-2021), e cofundador e facilitador da Coalizão Brasileira sobre o Clima, Floresta e Agricultura. Foi CEO da Fundação Alana e do Instituto Arapyaú. Por 24 anos atuou no Greenpeace. É engenheiro químico com mestrado em energias renováveis.

Introdução

No dia 25 de abril de 2023, foi realizado o webinar “[Mudanças Climáticas e Desafios para a Segurança Global](#)”, fruto da parceria firmada entre o Centro Soberania e Clima (CSC), o Instituto Humanize e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A iniciativa tem como objetivo ampliar as discussões acerca de temas relacionados aos setores de segurança e defesa, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, visando oferecer subsídios para a construção de políticas públicas nacionais sensíveis aos riscos impostos pelas mudanças climáticas.

O debate se pautou no conteúdo do [policy paper](#) também intitulado “Mudanças Climáticas e Desafios para a Segurança Global” e publicado na edição de abril da Revista Diálogos Soberania e Clima. O estudo resgata importantes conexões entre os efeitos das mudanças climáticas e as distintas dimensões de segurança e promove indagações acerca de como garantir a segurança das pessoas, das demais espécies, dos Estados nacionais e do planeta em meio a um contexto de desafios e vulnerabilidades crescentes. Para promover reflexões sobre essas e outras questões, o webinar contou com a participação de Beatriz Mattos, autora do estudo, pesquisadora sênior do Centro Soberania e Clima e co-coordenadora da Plataforma Socioambiental do BRICS *Policy Center*; Peterson Ferreira da Silva, Professor da Escola Superior de Defesa e Professor Visitante na *Cranfield Defence and Security*; Letícia Britto dos Santos, Professora Doutora da Universidade Federal do Pampa e com a mediação de Marcelo Furtado, cofundador do Centro Soberania e Clima.

Esse documento pretende oferecer uma síntese das intervenções realizadas pelos painelistas, esquematizando os principais pontos abordados e conferindo ênfase às convergências verificadas em meio às suas falas. Por fim, são listadas as recomendações políticas apresentadas pelos participantes com vistas a aprimorar as estratégias de enfrentamento da crise climática.

RELATÓRIO DE WEBINAR

Mudanças climáticas e os desafios para a segurança global

25 de Abril de 2023

Refletindo sobre novos desafios de segurança face às mudanças climáticas

Em sua fala de abertura, Marcelo Furtado ressaltou com preocupação as evidências apresentadas no [Relatório Síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas \(IPCC\)](#), lançado em março deste ano. De acordo com os dados divulgados, já teríamos ultrapassado a marca dos 50% de chance de limitar o aumento de temperatura global a 1,5°C. O conflito entre Rússia e Ucrânia, pontuou Marcelo, com seus profundos desdobramentos geopolíticos e energéticos, contribui para reduzir ainda mais a janela de oportunidade para que o objetivo do Acordo de Paris seja concretizado.

As constatações inequívocas do IPCC fazem com que o combate às mudanças climáticas adquira um senso de urgência e responsabilidade ainda maior. No entanto, conforme ressaltado pelo mediador, mesmo em meio a um contexto de emergência climática, as estruturas de governança que garantem a segurança dos Estados nacionais permanecem atreladas a um modelo do passado. Essa contradição entre, por um lado, a manutenção de práticas de defesa e segurança que visam, majoritariamente, a proteção da integridade territorial dos Estados face a ameaças de natureza militar e, por outro, os múltiplos riscos impostos pelas mudanças climáticas revela a necessidade de refletirmos sobre estratégias e práticas de segurança mais compreensivas e aptas a endereçar os desafios contemporâneos.

Securitização das mudanças climáticas x climatização das políticas públicas

Ao ser questionado pelo mediador sobre o debate em torno da securitização da agenda ambiental, Peterson foi enfático ao afirmar que não há dúvidas de que as mudanças climáticas se configurem, atualmente, como um tema securitizado. Seguindo o raciocínio dos pesquisadores da Escola de Copenhague, responsáveis por cunhar o termo “securitização”, Peterson esclareceu que os temas da agenda política podem assumir o status de “não politizado”, quando determinado assunto se encontra excluído do debate político; de “politizado”, quando a temática consta na agenda do congresso e se notam esforços em busca de soluções para determinado problema; e, finalmente, de “securitizado”, estando, portanto, acima do processo político ordinário de tomada de decisão.

De acordo com Peterson, nos últimos 10 anos, o tema das mudanças climáticas vem sendo incorporado de modo cada vez mais frequente às políticas públicas de segurança e defesa. Exemplos recentes nesse sentido são o documento de Revisão da Estratégia de Defesa da Austrália, lançado em abril de 2023, que cita especificamente as mudanças climáticas como um problema de segurança nacional; a atualização da Revisão Integrada de Defesa do Reino Unido, publicada em março deste ano, que identifica como prioridade nacional o enfrentamento das mudanças climáticas, dos danos ambientais e da perda da biodiversidade e, finalmente, a Estratégia de Segurança Nacional dos

Estados Unidos da América (EUA) que aponta para a crise climática como o desafio existencial de nossos tempos. O teor desses documentos comprova, de acordo com ele, que a temática ambiental vem sendo securitizada e incorporada às políticas públicas de segurança e defesa nesses países.

Peterson apontou, ainda, para um fenômeno que se aproxima ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, se manifesta como o inverso da securitização das mudanças climáticas: a climatização das políticas públicas¹. Abordada como um dos temas do *policy paper*, a climatização das políticas públicas consiste na incorporação, nos planos e estratégias nacionais, de considerações sobre como as mudanças climáticas podem desencadear situações de insegurança. De acordo com Peterson, a crescente climatização das políticas públicas justifica-se pela percepção compartilhada de que, para se tornarem efetivas, as estratégias e iniciativas das mais diversas áreas - como educação, saneamento básico, defesa civil, agropecuária, energia, entre outras - precisam considerar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Segundo ele, a climatização não impõe a necessidade de se colocar o clima como ponto central de qualquer política pública, mas se pauta no reconhecimento de que o problema não poderá ser enfrentado de forma isolada, mediante à atuação de um único ministério ou autoridade. Ao contrário, o processo de climatização demanda uma abordagem integrada, conduzida pelos governos nacionais em parceria com as sociedades, para lidar com os desafios climáticos.

Ao ser questionado acerca de como a temática ambiental vem sendo recebida por profissionais do setor de Defesa, Peterson salientou que, no Reino Unido, esse ainda se trata de um elemento estranho, tendo em vista que a atividade fim das forças armadas modernas consiste no preparo e no emprego das capacidades militares. Contudo, frente a um contexto de crise climática, Peterson ponderou que se nota um número crescente de tropas treinadas para atuar em situações de desastres naturais, tanto domesticamente quanto fora dos territórios de seus países. Entre os exemplos citados estão o do furacão Katrina, cuja magnitude fez com que as forças armadas dos EUA fossem chamadas a atuar emergencialmente, ainda que, por força constitucional, não estejam autorizadas a agir dentro das fronteiras estadunidenses. Outro exemplo diz respeito ao fenômeno dos incêndios florestais que se alastraram pelo leste da Austrália. Por possuírem os meios para atender as populações em contextos de desastres humanitários como esse, as forças armadas australianas também foram chamadas a atuar. Logo, pontuou Peterson, apesar de as mudanças climáticas serem frequentemente interpretadas como um elemento estranho à agenda da defesa, as forças armadas vêm sendo obrigadas a lidar com esse fenômeno de forma cada vez mais frequente, à medida em que são o último recurso do Estado e da sociedade, ainda que essa não seja sua função primordial.

As mudanças climáticas e o contexto brasileiro

Ao ser indagada sobre como o estado brasileiro vem lidando com os múltiplos nexos entre os efeitos das mudanças climáticas e a segurança, Letícia recordou o histórico de protagonismo do país em meio às negociações internacionais de clima, conduzidas no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês). A despeito desse protagonismo, Letícia notou que, nos anos mais recentes, o Brasil vem despontando entre os maiores emissores globais de gases do efeito estufa (GEE). Isso ocorre em meio a um contexto de enfraquecimento de seu arcabouço institucional ambiental e de flagrante aumento dos índices de desmatamento dos biomas brasileiros. Nesse sentido, Letícia salientou que enquanto as políticas de mitigação climática dos Estados desenvolvidos estão centradas na transição energética, no caso do Brasil, uma contribuição substantiva para o objetivo do Acordo de Paris só será possível mediante a uma drástica redução dos índices de desmatamento, que representam a maior parcela das emissões nacionais.

Letícia ponderou que os debates a respeito da segurança ambiental e da climatização das políticas públicas ainda se encontram em fase de construção no país. De acordo com ela, a severidade da crise climática demonstra claramente a necessidade de que os desafios ambientais sejam compre-

1. Esse tema foi abordado pelo Prof. Peterson no *Policy Paper* "Mudança climática e a 'climatização' do debate internacional sobre segurança e defesa", publicado na Revista Diálogos Soberania e Clima V.1N2, 2022. Disponível em: <https://soberaniaclima.org.br/publicacoes/revista-dialogos/v1-n2-2022/>, acesso em 10 de maio de 2023

endidos como uma questão de segurança. Assim, será possível atribuir a devida prioridade a essas questões, de modo que as preocupações ambientais sejam incorporadas às políticas públicas nacionais e aproximem-se do cotidiano dos cidadãos brasileiros.

Considerando sua experiência como professora da Universidade Federal do Pampa, Letícia alertou que a desertificação, um dos efeitos conhecidos das mudanças climáticas, já é uma realidade nessa região fronteiriça, que sofre com bruscas alterações de temperatura. De acordo com ela, em algumas áreas do Pampa, em especial nas regiões especializadas na atividade agrícola, os efeitos das mudanças climáticas já se mostram evidentes. Mesmo os indivíduos que não conhecem o fenômeno em termos científicos, já notam claramente os efeitos das mudanças climáticas em seu dia a dia, considerando as crescentes dificuldades de plantio e os prejuízos econômicos.

O papel das políticas de mitigação e adaptação face aos crescentes riscos climáticos

Ao longo dos últimos anos, os relatórios do IPCC vêm apontado, de forma inequívoca, para os graves riscos impostos pelas mudanças climáticas à segurança humana, das demais espécies, dos Estados e do planeta como um todo. Partindo dessas alarmantes constatações, Beatriz apresentou os questionamentos que guiaram a produção do *policy paper*: o que significa estar seguro em meio a uma conjuntura de crise climática, permeada por incertezas e desafios? Quais as políticas de segurança seriam capazes de garantir a proteção dos indivíduos, dos Estados nacionais e dos ecossistemas naturais face aos riscos impostos pelas transformações do clima? Esses questionamentos, de acordo com ela, nos conduzem à reflexão acerca da centralidade das iniciativas de mitigação e de adaptação climática e sobre como essas podem ser incorporadas às políticas públicas, incluindo, mas não se limitando, as políticas de segurança e defesa.

“O que significa estar seguro em meio a uma conjuntura de crise climática, permeada por incertezas e desafios? Quais as políticas de segurança seriam capazes de garantir a proteção dos indivíduos, dos Estados nacionais e dos ecossistemas naturais face aos riscos impostos pelas transformações do clima?”

Antes de apresentar brevemente a análise das políticas e estratégias de defesa e segurança da União Europeia (UE), conforme exploradas no *policy paper*, Beatriz alertou que a escolha do caso europeu não tem como intuito oferecer um exemplo a ser seguido pelo Brasil, tendo em vista os contextos totalmente distintos em que se inserem esses países. No entanto, recordou que, ao longo das duas últimas décadas, a UE vem atuando diplomaticamente como um dos mais vigorosos defensores do conceito de segurança climática e promovendo mudanças substanciais em suas estratégias de segurança e defesa, de forma a torná-las sensíveis aos desafios ambientais contemporâneos.

Beatriz destacou que, mediante à análise dos documentos e estratégias de segurança e defesa da UE, foi possível constatar uma mudança substancial na forma como seus membros abordam os nexos entre as mudanças climáticas e a segurança. Enquanto a Estratégia de Segurança Europeia, lançada de forma inédita em 2003, menciona brevemente o aquecimento global como um fator desencadeador de turbulências e instabilidades, apresentando-o como um risco à segurança a partir de uma interpretação estadocêntrica e militarizada, a análise dos documentos lançados a partir de 2016 revelou uma leitura mais holística e abrangente. A partir de então, pontuou Beatriz, as mudanças climáticas passaram a ser interpretadas não meramente como um risco à segurança dos estados nacionais, mas também como uma ameaça à segurança humana e dos ecossistemas naturais.

Logo, com base nessa nova compreensão acerca do que seria a segurança e quais os sujeitos deveriam ser protegidos, são notadas, em meio a documentos e estratégias posteriores, novas práticas

de segurança, consubstanciadas a partir de políticas de caráter compreensivo e preventivo e que, em alguma medida, contrastam com as práticas tradicionais do campo. Foram citados como exemplos de políticas de segurança climática verificados em meio a esses documentos: o fortalecimento da resiliência dos Estados e das sociedades por meio da criação de sistemas de alerta integrados; o mapeamento dos riscos climáticos a partir de índices de vulnerabilidade que consideram a intensidade, frequência e probabilidade de eventos naturais extremos; os esforços de conservação, restauração e gerenciamento sustentável dos recursos naturais; a promoção da resiliência dos ecossistemas às secas e às inundações e as iniciativas para prevenir e responder aos possíveis cenários de insegurança alimentar. De acordo com Beatriz, essas e outras práticas começam a figurar nesses documentos a partir do momento em que se identifica a crise climática como algo que repercute nas mais diversas dimensões de segurança, indo além da proteção apenas dos Estados.

Desafios para o avanço das políticas de segurança climática no Brasil

O *policy paper* que serviu de insumo para o webinar aponta para quatro recomendações políticas considerando o contexto brasileiro. São essas: 1) promoção da “climatização” das políticas públicas nacionais; 2) mapeamento dos riscos climáticos verificados nas diferentes regiões do país, com vistas a fomentar a resiliência das comunidades, dos ecossistemas e das infraestruturas vulneráveis; 3) fortalecimento de políticas de monitoramento e combate a ilícitos ambientais, visando a proteção da biodiversidade, dos direitos das populações tradicionais, e a redução das emissões brasileiras e 4) revisão da última Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (NDC).

Partindo dessas recomendações, Marcelo provocou os painelistas para que apresentassem suas reflexões acerca dos desafios que se colocam à frente de iniciativas nacionais mais contundentes para lidar com a crise climática. Os desafios listados pelos participantes convergiram em torno de três temas, que serão explorados ao longo dessa seção.

Escassez de Recursos e de Incentivos

Peterson observou com preocupação o fato de que, muitas das vezes, a escassez de recursos e a ausência de previsão orçamentária se colocam como um grande desafio à concretização das políticas públicas no Brasil. Ao ser questionado pelo moderador sobre como os Estados poderiam angariar os recursos em um contexto de crise econômica pós-pandemia e sobre o papel do setor privado nessa equação, Peterson pontuou que o governo deve atuar como um maestro, no sentido de orquestrar estratégias. Entre essas, Peterson destacou o papel dos incentivos a serem conferidos pelo governo ao setor privado, com vistas a possibilitar mudanças em termos produtivos, no que concerne ao desenvolvimento de tecnologias verdes, à concretização de novos modelos de produção agrícola, entre outros. Peterson lembrou que o governo tem a função primordial de colocar os incentivos à mesa, de modo a maximizar as perspectivas de ganho para o setor privado em áreas consideradas estratégicas. Segundo ele, haveria, ainda, outros instrumentos que poderiam ser viabilizados pelo Estado, como políticas de redução de impostos e a criação de externalidades positivas via programas educacionais e técnicos. Conforme pontuou Peterson, essas e outras estratégias governamentais poderiam desempenhar um papel extremamente relevante para contornar o desafio do déficit de recursos.

Ainda no que diz respeito a essa limitação, Letícia salientou que a realidade de muitos brasileiros é totalmente distinta daquela das populações dos países desenvolvidos, onde se nota uma mudança substancial em termos de padrão de consumo, decorrente de uma maior conscientização ambiental. Segundo ela, no Brasil, muitos não estão em condição de financiar mudanças, mesmo as de pequena escala. Já no que diz respeito ao papel do setor privado, ela observou com otimismo o movimento de algumas empresas de incorporar considerações ambientais em suas estratégias de gestão e argumentou que haveria uma mudança de paradig-

ma em curso, que potencialmente resultará em uma transformação na lógica de trabalho e de produção, tornando-os mais sustentáveis. Ela ainda ponderou que, para que o Brasil avance em direção à concretização dos objetivos do Acordo de Paris e da Agenda 2030, é necessário que diversos atores se engajem em iniciativas nos mais diversos níveis.

Beatriz afirmou que compartilha com as mesmas preocupações a respeito da escassez de recursos direcionados às políticas públicas e relembrou que existem estratégias em curso que apresentam potencial para promover mudanças qualitativas no contexto nacional. Nesse sentido, foi ressaltado o papel dos fundos internacionais que, durante um período, renderam frutos positivos para o Brasil no que diz respeito à mitigação de suas emissões advindas do desmatamento. Entre esses, destaca-se o Fundo Amazônia, que opera a partir da lógica de resultados, e que permite, mediante a comprovação de sucesso das políticas financiadas, que o país capte um maior fluxo de recursos e amplie seus esforços de mitigação. De acordo com Beatriz, esses mecanismos - ainda que insuficientes, considerando que o compromisso de 100 bilhões de dólares anuais para financiamento climático em países do Sul nunca foi concretizado - podem contribuir para a construção de políticas nacionais mais robustas. Ela mencionou, ainda, o papel de outras iniciativas como a recente decisão do Parlamento Europeu de proibir a importação de produtos advindos do desmatamento. A expectativa é que medidas como essa resultem em prejuízos significativos para empresas envolvidas nesses atos ilícitos e em constrangimentos extras para a concretização de mudanças em seu processo produtivo.

Falta de integração entre as políticas nacionais

A ausência de alinhamento entre as políticas públicas nacionais foi também apontada pelos participantes como um desafio significativo que impede a adoção de estratégias mais compreensivas, por parte do governo brasileiro, para responder aos desafios climáticos. De acordo com Peterson, o fato de os diversos setores da administração pública possuírem seus próprios objetivos e sua própria racionalidade, faz com que as mudanças climáticas sejam abordadas a partir de perspectivas distintas pelos diferentes setores. Tal fato se justificaria pelas especificidades e peculiaridades de cada órgão e de cada política pública, no entanto, alertou ele, se carecemos de uma visão integrada e coordenada, é provável que os objetivos de cada arena política sejam perseguidos de forma desalinhada. Isso se configura como um desafio para qualquer país do mundo, no entanto, Peterson notou os esforços de alguns Estados para coordenar ações e criar vasos comunicantes entre suas políticas públicas, contornando, assim, essa limitação. Nos casos dos EUA e do Reino Unido, uma política de segurança nacional mais abrangente atua como um “guarda-chuva” que integra, a partir de uma lógica de “top-down”, as diversas políticas públicas nacionais.

Reforçando os argumentos de Peterson, Beatriz ponderou que esse desalinhamento pode resultar em desperdício de recursos escassos, à medida que, muitas vezes, se notam diferentes órgãos executando tarefas similares ou em duplicidade, ou, até mesmo, na anulação dos esforços envidados por deter-

“É fundamental que os tomadores de decisão tenham em mente que os benefícios das ações de comando e controle bem executadas se refletem na sociedade, no meio ambiente e na soberania nacional, visto que possibilitam a manutenção da integridade do estado brasileiro.”

minado setor. Nesse sentido, ela mencionou que haveria uma incongruência significativa entre a política ambiental e a política energética nacional, vide os subsídios destinados aos combustíveis fósseis. De acordo com Beatriz, é essencial que se construa um elo entre as políticas nacionais, considerando a crise climática como uma preocupação central, caso contrário, essas enormes incongruências e debilidades não serão solucionadas.

Marcelo acrescentou o argumento de que o fortalecimento dos órgãos federais - tais quais a Polícia Federal, o IBAMA, o CENSIPAM - se trata de uma tarefa inegavelmente importante, tendo em vista a magnitude dos danos ambientais, econômicos e humanos verificados no país no período em que essas estruturas foram fragilizadas. Contudo, ele argumentou que, mesmo mediante ao revigoramento dessas instâncias, a ausência de convergências entre essas estruturas e seus bancos de dados inviabiliza resultados mais promissores. Segundo ele, é fundamental que os tomadores de decisão tenham em mente que os benefícios das ações de comando e controle bem executadas se refletem na sociedade, no meio ambiente e na soberania nacional, visto que possibilitam a manutenção da integridade do estado brasileiro.

Dificuldades em conciliar a segurança e a justiça:

De acordo com Marcelo, haveria no Brasil uma enorme dificuldade para se atualizar as políticas de segurança, de forma a torná-las aptas a endereçar os crescentes desafios decorrentes da crise climática. Ele notou que, no país, as populações tradicionais são as verdadeiras guardiãs dos ecossistemas naturais que, por sua vez, desempenham um papel fundamental na produção de alimentos, na garantia de segurança hídrica e na geração de energia. Contudo, são essas mesmas populações que se mostram mais vulneráveis em termos de segurança física e que muitas vezes têm o seu direito de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, negados. Partindo dessa preocupante constatação, o mediador estimulou os painelistas a refletirem acerca do descompasso entre a segurança e a justiça no contexto nacional.

Em resposta a esse questionamento, Peterson argumentou que, no Brasil, por conta de nosso histórico político, nota-se uma grande resistência em se trabalhar com o termo “segurança nacional”. Em outros países, a segurança nacional não é mais interpretada meramente como sinônimo de segurança do Estado. De acordo com ele, a segurança nacional emerge a partir de uma constante tensão entre a segurança estatal, com uma dimensão preponderantemente militar, e a segurança humana, cujo enfoque recai sobre o indivíduo. Nesse sentido, a segurança nacional implica, atualmente, na segurança do Estado, da sociedade e dos seus indivíduos. Em alguns momentos, segundo ele, os Estados tendem a atuar preponderantemente no sentido de preservar suas instituições, enquanto em outros, a ênfase se dará em iniciativas que prezem pela preservação das liberdades individuais e dos direitos humanos. Logo, para Peterson, a segurança nacional não mais pode ser compreendida como sinônimo de segurança estatal, mas sim como reflexo dessa tensão.

Peterson deu continuidade a sua argumentação ao destacar que em alguns países as prioridades de segurança nacional são elencadas em documentos como a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA ou a Revisão Integrada de Segurança, Defesa e Desenvolvimento do Reino Unido. De acordo com ele, esses documentos, de caráter estruturante, criam vasos comunicantes entre as políticas públicas de interesse da segurança nacional. Ele alertou que esse movimento não implica em subordinar todas as políticas públicas aos imperativos da segurança nacional, mas na construção de uma estratégia de alto nível que confira um norte às demais políticas públicas. Em seu entendimento, prescindimos de uma estratégia como essa no Brasil, à medida em que carecemos de um entendimento nacional e de uma visão de longo prazo - que

advêm não apenas do projeto político das autoridades eleitas, mas de um processo amplo e democrático de construção de consensos, mediante à participação ativa de diversos setores da sociedade.

Visando contornar as possíveis resistências envolvidas na criação de uma Política de Segurança Nacional abrangente, ele citou a experiência da Colômbia, que criou uma política de alto nível intitulada “Política de Desenvolvimento Nacional”. Essa política, segundo ele, congrega iniciativas que visam tanto a segurança do Estado quanto a segurança humana, incorporando considerações acerca de como construir uma sociedade plural, justa, com acesso a direitos básicos e livre de ameaças. Peterson defendeu que o exemplo da Colômbia pode servir como inspiração para que o Brasil comece a refletir sobre como criar uma estratégia, seja de segurança ou de desenvolvimento nacional, mais ampla, para que paulatinamente possam ser definidas as prioridades nacionais e para que os recursos necessários sejam alocados de forma efetiva.

Letícia, por sua vez, argumentou que um entendimento de segurança alargado, tal qual preconizado pelo PNUD em seu relatório de desenvolvimento humano, também incorpora considerações a respeito do combate às desigualdades econômicas, de gênero e de raça. Para ela, o conceito de segurança deve se pautar também na noção de segurança comum, ou seja, no entendimento de que a condição de segurança seria mais facilmente alcançada quando todos viverem livres de ameaças. Segundo Letícia, as considerações acerca da justiça climática e ambiental devem se pautar nessa mesma racionalidade e devem ser incorporadas a essa noção abrangente acerca da segurança.

Ao mencionar as diversas dimensões de segurança e os diferentes sujeitos a serem protegidos de ameaças, Beatriz indagou que, no que diz respeito à lógica da segurança humana, notam-se subgrupos mais vulneráveis e que dependem de políticas e iniciativas específicas para que tenham sua segurança resguardada, tal qual o caso das populações tradicionais. Segundo ela, a gravidade da crise socioambiental que hoje enfrentamos pode ser explicada justamente pela negligência à segurança de sujeitos, que são também dignos de proteção, porém, que historicamente têm sua segurança ameaçada por padrões de vida e modelos de desenvolvimento insustentáveis e pela ausência de políticas públicas que considerem as suas especificidades.

“A gravidade da crise socioambiental que hoje enfrentamos pode ser explicada justamente pela negligência à segurança de sujeitos, que são também dignos de proteção, porém, que historicamente têm sua segurança ameaçada por padrões de vida e modelos de desenvolvimento insustentáveis e pela ausência de políticas públicas que considerem as suas especificidades.”

Nesse sentido, Beatriz levanta questionamentos acerca de como se construir políticas de segurança compreensivas, integradas e efetivas para endereçar um problema de natureza tão complexa, abrangente e multifacetada. De acordo com ela, o primeiro passo nesse sentido seria a realização de um diagnóstico acertado acerca das raízes da crise socioambiental contemporânea. Em sua fala, Beatriz indicou que existem diferentes narrativas que competem no que diz respeito a esse diagnóstico e que essas são apresentadas por atores que possuem pesos e níveis de incidência distintos nos processos de tomada de decisão. Tal constatação reforça os argumentos sustentados pelos demais participantes acerca da necessidade

de se promover debates amplos, plurais e democráticos para que, finalmente, sejam definidas prioridades e traçadas estratégias que contemplem as mais diversas áreas de atuação do Estado e a proteção dos diversos sujeitos.

Por fim, Beatriz destacou a importância de que o debate sobre a crise climática não seja reduzido a um debate puramente centrado nas iniciativas de mitigação de emissões. Para ela, a crise que vivenciamos atualmente é de caráter mais amplo, de natureza socioambiental, exigindo tanto medidas que garantam a drástica redução das emissões nacionais - mediante ao combate ao desmatamento e a mudança da matriz energética brasileira - como também políticas que conferiram prioridade ao combate à pobreza e à desigualdade - seja de gênero, de raça e econômica. De acordo com ela, na ausência de iniciativas com essas, não iremos avançar na agenda mais ampla de segurança e de justiça climática.

Recomendações Políticas e Considerações Finais

Ao se aproximar dos momentos finais do webinar, Marcelo concedeu aos painelistas alguns instantes para que apresentassem uma última recomendação, que poderia ser endereçada à comunidade internacional ou aos tomadores de decisão brasileiros, tendo em vista as questões abordadas ao longo do *paper* e do debate.

Peterson encerrou sua participação com uma tripla recomendação: em primeiro lugar, propôs que os governantes brasileiros estudassem a possibilidade de, seguindo os moldes de outros países, elaborar uma política de alto nível capaz de promover o alinhamento entre as políticas públicas. Em segundo lugar, recomendou um olhar mais atento para o contexto sul-americano no que se refere aos desafios ambientais e climáticos, e sugeriu que instâncias regionais como o Mercosul, a UNASUL e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) sejam acionadas para que a cooperação entre esses Estados e sociedades seja ampliada. Por fim, Peterson recomendou que o Brasil e a comunidade internacional se preparem para os piores cenários, caso não tenhamos sucesso em evitar o aprofundamento da crise climática.

Letícia, por sua vez, reforçou a última recomendação de Peterson ao defender a necessidade de se construir estratégias emergenciais e de caráter mais imediato, sem deixar de lado mudanças de caráter estrutural e que exigem um planejamento estratégico e orçamentário mais cuidadoso.

Reforçando as recomendações dos demais painelistas e considerando o contexto brasileiro, Beatriz defendeu a importância de se construir um Plano Nacional de Adaptação coerente e capaz de integrar diversos aspectos das políticas públicas brasileiras, de modo a garantir o enfrentamento dos efeitos climáticos já verificados no território nacional. No mais, em termos de mitigação, Beatriz reforçou a necessidade de implementação de medidas efetivas para combater os crimes ambientais, tais quais o desmatamento e as queimadas e, assim, reduzir as emissões brasileiras de GEE, preservar a biodiversidade e garantir a segurança das populações tradicionais.

Marcelo encerrou o debate conferindo ênfase ao diálogo e à convergência, palavras que norteiam a atuação do Centro Soberania e Clima. Segundo ele, é fundamental que possamos promover o diálogo, em especial, com aqueles que pensam diferente. A convergência é também essencial, à medida em que se trata de uma pré-condição para a ação e, sem ações concretas, não há possibilidade de se promover as mudanças necessárias. Por fim, Marcelo reforçou o convite do CSC para que esse diálogo seja cada vez mais franco, aberto e plural e que possibilite o maior volume de ações e de convergências possíveis.



FICHA INSTITUCIONAL

Diretor Presidente

Raul Jungmann

Conselho de administração

Marcelo Furtado

Raul Jungmann

Sergio Westphalen Etchegoyen

Presidente do Conselho de Administração

Sergio Westphalen Etchegoyen

Diretora Executiva

Mariana Nascimento Plum

Diretor Administrativo Financeiro

Newton Raulino

Assistente Administrativo Financeiro

Leandra Barra

Coordenadora de Comunicação

Valéria Amorim

Núcleo de Projetos e Pesquisa

Bruna Ferreira

Mila Campbell

Núcleo Jurídico

Gabriel Sampaio

Núcleo de Inteligência e Informação

Antônio Augusto Muniz

Núcleo Técnico

José Hugo Volkmer

Pesquisadora Sênior

Beatriz Mattos

Texto

Beatriz Rodrigues Bessa Mattos

Revisão

Mariana Nascimento Plum

Bruna Ferreira

Mila Campbell

Projeto Gráfico

Pedro Bopp

Diagramação

Valéria Amorim

APOIO:



humanize



Relatório de Webinar

Mudanças Climáticas e Desafios para a Segurança Global

Brasília. Centro Soberania e Clima.

12p.

Palavras chave:

1. Mudanças Climáticas 2. Segurança 3. Clima 4. Políticas Públicas
